

# Amagis

## NA IMPRENSA

AGOSTO DE 2015

ESTADO DE MINAS (BH) • 1º DE JULHO DE 2015

### JUSTIÇA ELEITORAL

Vice-presidente do TSE, Gilmar Mendes afirma que, à exceção do fim da reeleição, mudanças aprovadas pela Câmara são pouco relevantes

## Crítica à reforma política

BERTHA MARRASOUR

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que a reforma política aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados é pouco relevante para o aprimoramento do sistema eleitoral. Para a governabilidade, para a governança, seria muito importante o debate sobre a cláusula de barreira para a redução do número de partidos, o que não ocorreu", disse Mendes, citando também a proibição das coligações e o controle de gastos de campanha, temas que, segundo ele, podem, inclusive, ser tratados no âmbito infraconstitucional, da legislação ordinária. "Acho que há uma certa frustração em relação a isso. As pessoas esperam mais", disse, em referência a o que os parlamentares aprovaram.

O único ponto da reforma política destacado pelo ministro, que no ano que vem comandará as eleições municipais à frente do TSE, é o fim da reeleição. "As pessoas estão se convencendo de que a reeleição leva a abusos. Temos até na própria Justiça Eleitoral um certo consenso em relação a isso, de que há um estímulo a abusos", declarou Mendes, que também é

ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo ele, o mau desempenho do próprio governo leva à avaliação negativa da reeleição. "Um governo que não vai bem contamina a própria visão do mecanismo. Isso é um ponto importante que está sendo reavaliado", afirmou.

Gilmar Mendes, que é o relator no TSE das instruções para as eleições de 2016, disse ainda que considera muito difícil que sejam introduzidas grandes mudanças para o próximo ano, principalmente a mudança no modelo do financiamento das campanhas, qual-quer que seja a decisão do Congresso Nacional. "Temos o princípio da anterioridade, primamos pelo princípio da segurança jurídica. Os políticos discutem mudanças olhando talvez as eleições em 2018", assinalou.

**'TRAPALHADAS'** Em crítica à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o financiamento das campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, Gilmar Mendes declarou ser este um argumento do PT. "É um tipo de argumento-dilema. Nós fizemos tantas trapalhadas, que agora vamos defender o financiamento público ou o financiamento apenas de pessoas", disse Mendes, autor do pedido de vistas no STF que interrompeu o julgamento quando já havia sido consolidada em plenário maioria contrária ao financiamento de campanha por empresas.

O ministro justificou o seu pedido de vistas, assinalando que havia "uma certa precipitação" com consequências graves para o

sistema. Segundo ele, se o Congresso Nacional aprovar o dispositivo votado em primeiro turno na Câmara dos Deputados, que explicita a possibilidade de empresas doarem para partidos políticos, esse entendimento vai afetar o julgamento da Adin, pois haverá uma mudança no parâmetro de controle.

Para Gilmar Mendes, se de fato a participação de empresas com doações de campanha fosse inconstitucional, todas as eleições realizadas no país depois do impeachment de Fernando Collor seriam inconstitucionais. "Fernando Henrique duas vezes, Lula duas vezes, Dilma duas vezes. Por que descobrimos agora? É como se a gente estivesse votando uma anistia. Olha, nós fizemos muitas coisas erradas, mas agora o STF veio e reconheceu que é inconstitucional e todos nós estamos absolvidos". Não tem absolvição para ninguém. Quem fez coisa errada, corrupção, tem de pagar", afirmou.

Após repercutir reclamações do PT e do ex-presidente Lula de que a Justiça seria parcial no julgamento de ações contra o PT, Gilmar Mendes disparou: "Os senhores viram o julgamento do mensalão sete, oito meses, o tribunal parado julgando esse caso. Os senhores viram alguma parcialidade ou será que estamos vendo uma cleptocracia no poder, um grupo que usa patrimônio público como se fosse privado?". Em Belo Horizonte, Gilmar Mendes visitou o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Paulo César Dias e membros da corte, além da juíza Lúzia Peçoto, representando a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).



Para Mendes, há uma frustração em relação ao que foi aprovado

### FACHIN SE DECLARA IMPEDIDO

Muito novo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Edson Fachin se declarou impedido para comandar um inquérito que investiga um dos brotos do mensalão, esquema de desvio de recursos públicos e pagamento de propina a políticos no início do governo Lula. Com isso, o processo foi redistribuído para o ministro Dias Toffi, que vai assumir a relatoria. No despacho em que abre mão do caso, Fachin faz referência apenas ao artigo do regimento interno do Supremo que trata da suspensão, sem apresentar detalhes. O caso estava parado há mais de um ano, desde a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa. As investigações avaliam irregularidades entre convênios firmados entre instituições financeiras e a INSS/Dataprev para a operacionalização de crédito consignado a beneficiários e pensionistas com a participação do deputado Carlos Bucaram (PMDB-MG), que presidiu o INSS entre 2004 e 2005. Outra linha de investigação envolve se servidores do Congresso recebiam dinheiro desviado desses convênios.

**MENDES JUNIOR ENGENHEARIA S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 13.028.0001-03  
SUAZ nº 03.00000002-00  
Avenida A República dos Senhores Senhores,  
no sítio da Companhia, no Município de Belo Horizonte,  
nº 70, 1ª andar, Caixa, São. Minas Gerais, MG, e  
em seu endereço eletrônico no Internet (www.com  
desenvolvimentoagrario.com.br), se desincumbem a ser  
seu único e exclusivo representante e administrador e  
seu representante legal, nos termos do art. 10, § 2º, da Lei  
nº 6.406, de 20 de junho de 1966, Artigo Único. São  
Minas Gerais, 20 de junho de 2015. Assinado: Adilson  
Lopes de Souza.

O MUNDO DOS INCONFIDENTES (MARIANA) • 22 DE JULHO DE 2015

## Presidente da ALMG é homenageado em Mariana



Sarah Torres/ALMG

O deputado e presidente da Assembleia mineira, Adalclever Lopes recebeu a medalha do Dia de Minas, concedida pelo Governo estadual às personalidades que trabalham pelo fortalecimento do estado. Desta vez, cinquenta personalidades foram condecoradas durante a cerimônia do Dia de Minas, realizada dia 16, entre elas, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, por reconhecimento dos trabalhos realizados na Casa em prol

do desenvolvimento. Além do presidente da ALMG, políticos, empresários, artistas, militares, médicos e jornalistas receberam a medalha. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; o vice-governador Antônio Andrade; a defensora pública geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard e o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Helbert Carneiro foram alguns dos agraciados.

ESTADO DE MINAS (BH) • 13 DE JULHO DE 2015



### CIDADÃOS

Em 13 de agosto, a Câmara Municipal de Belo Horizonte promove dupla solenidade para entregar o título de cidadão honorário da capital a duas conhecidas figuras da magistratura: os desembargadores Herbert Carneiro (foto), presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, e Paulo César Dias, da Câmara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A proposta partiu do presidente da casa, vereador Wellington Magalhães.



6 **CIDADE** JORNAL DOS LAGOS

Alfenas, sábado, 23 de maio de 2015

# Ministro do STJ profere palestra na UNIFENAS

Fotos: Vencio Scatolano



Ministro Dr. João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, falou sobre a formação de juizes para público composto de convidados e estudantes de Direito



Majô de Souza  
Reportagem local

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Dr. João Otávio de Noronha esteve em Alfenas ontem, sexta-feira, para cumprir dois eventos. No primeiro, ministrou palestra sobre a formação de juizes, no salão Azul da UNIFENAS.

Participaram, além da presidente da FETA, dra. Larissa Araújo Velano Dozza, o Assessor Jurídico da UNIFENAS, Dr. Alex Fernandes Dozza, o juiz Dr. Paulo de Tarso Tamburini, promotores públicos, serventários da Justiça, advogados e acadêmicos de Direito da Universidade.

Dr. João Otávio de Noronha afirmou que um juiz deve estar preparado "para exercer um sacerdócio. Não basta concluir o curso de Direito. Tem de estudar psicologia, saber ouvir as partes, lidar com advogados. É muito mais profundo."

Disse também que o juiz deve pensar na profissão, "desistir de ficar rico e trabalhar pela sociedade, pensando no seu semelhante. E tem de estudar, buscar o aprimoramento", informou.

No Hotel Class, o ministro falou sobre "Novos rumos para a judicialização da Saúde - notas técnicas - instrumentos de informação - a relevância da informação técnica no convencimento motivado e consciente na decisão judicial - limites da judicialização".



Ministro Dr. João Otávio de Noronha em entrevista

Em entrevista, Noronha respondeu sobre vários assuntos hoje em pauta no Judiciário. Sobre delação premiada - tão em moda no momento - afirmou ser um instituto importante usado em muitos países, "que permite ao réu contribuir para a elucidação da verdade e melhorar a qualidade da Justiça." Para ele, as delações que estão ocorrendo, por exemplo, na Operação Lavajato, além de esclarecer muitos pontos, ainda tem permitido a repatriação de milhões aos cofres públicos.

Questionado se a Justiça é realmente morosa, o ministro respondeu que sim, "mas não é lenta por si só. O sistema brasileiro permite um número grande de recursos perversos, o que adia as decisões. As

leis facilitam que a decisão seja postergada", ressaltou.

Além disso, explicou, no Brasil não há a cultura de utilização de recursos como mediação e conciliação, o que leva todos os casos às mãos dos juizes. "E temos de admitir, ainda, que a própria administração do Judiciário precisa melhorar e ser mais eficiente."

Para ele, algumas mudanças já estão sendo implementadas com o novo Código do Processo Civil e outras estão sendo pensadas. Um exemplo de ação que pode agilizar a Justiça é que as decisões do Supremo Tribunal Federal tenham força vinculativa, ou seja, que a decisão tomada naquela última instância tenha validade para as demais ações de mesmo teor.

Outro agravante para a lentidão citada por Noronha é o grande volume de processos. "No Brasil, a Justiça é quase totalmente



Juiz Dr. Paulo Tamburini, Dr. Alex Dozza, Dr. João Otávio de Noronha e Dra. Larissa Velano Dozza



Judicialização da saúde foi tema de seminário em Alfenas

gratuita, mas muitos poderiam pagar. Como não pagam, falta celeridade para quem realmente precisa da Justiça e não pode pagar", disse.

A respeito da reforma política em Trâmite no Congresso, o ministro ressaltou que o papel de promover a necessária reforma cabe ao Congresso, "que andava meio omisso, mas agora está movimentando. Nunca o Congresso trabalhou tanto como agora. Espero que dali saia um bom projeto, mas que seja amplamente discutido. O sistema eleitoral brasileiro precisa mesmo de mudanças."

## Almoço

Após as palestras a UNIFENAS ofereceu um al-

moço aos presentes nas solenidades realizadas na UNIFENAS e no Hotel Class, local onde ocorreu o seminário que contou com a presença de diversos membros do poder judiciário, destacando-se o Dr. João Otávio de Noronha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Dr. Kildare Gonçalves Carvalho, Vice-

presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Dr. Paulo de Tarso Tamburini Souza, secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que foi homenageado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelos relevantes serviços prestados em prol da magistratura, além de Juizes e Desembargadores.

Veja, na página 7, vários flashes tirados durante o almoço oferecido pela UNIFENAS.

## Amagis

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Escola Judiciária e a Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros) também realizaram evento em Alfenas ontem e quinta-feira. O Seminário do Curso Jurídico sobre Direito à Saúde teve abertura do segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judiciária Kildare Gonçalves Carvalho e várias palestras referentes ao tema geral "Judicialização da Saúde".

As palestras trataram vários aspectos desta realidade, como oncologia, dificuldades na prestação de serviços públicos e planos de saúde e como age o Ministério Público, entre outros. Os temas foram debatidos em mesas

e painel.

Os 60 anos da Amagis também foram comemorados com homenagens à trajetória da associação. A associação congrega juizes de todo o Estado.

Segundo a desembargadora Vanessa Verdolin Hudson Andrade, que coordenou o seminário, aproximadamente 60 juizes da região e alguns convidados participaram. "Estamos discutindo a judicialização tanto no sistema público de saúde quanto na saúde suplementar (planos de saúde), como impactos desses processos, medicamentos, exames e outros procedimentos que as pessoas obter na Justiça."

## VENDO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EM SÃO PAULO-SP

LABORATÓRIO CONCEITUADO COM 29 ANOS DE FUNCIONAMENTO E COM ÓTIMO FATURAMENTO. VENDA TOTAL OU PARCIAL 50%.

TELEFONE: 35-3291-9817 ALFENAS  
11-2561-0769 SÃO PAULO  
11-97989-0238 WHATSAPP

MAIORES INFORMAÇÕES FALAR COM CARLOS HENRIQUE.

## CONVITE - MISSA DE 1º MÊS

A família de **Victor Hugo Godoy Filho** convida os amigos e parentes para participarem da missa em intenção de sua alma, que será celebrada dia 24/05/2015 - Domingo, às 10h, na Capela da Mãe Rainha - Jardim Aeroporto.



Agradecemos sua presença.

"Terminada minha missão volto ao pai. Nele encontro vida nova."